

Política linguística na África: do passado colonial ao futuro global

*Diego Barbosa da Silva*¹

Introdução



presente artigo é fruto de um questionamento frequente e uma inquietude a respeito dos motivos pelos quais alguns países africanos têm adotado língua europeias como oficiais. Contudo, não podemos analisar a questão, a não ser dentro de um contexto histórico amplo, levando em consideração o processo de colonização e descolonização de toda África, respeitando, porém as especificidades de cada nação africana. Afinal, não podemos falar de uma África, mas de várias, quiçá centenas de África.

De todos os 54 países africanos, como se pode ver na tabela, sobre as línguas africanas, durante este texto, 27 países apresentam apenas línguas europeias como oficiais, enquanto que os outros 18 apresentam pelo menos uma língua europeia entre as oficiais e apenas 9 não apresentam nenhuma língua europeia como oficial. São eles: Argélia, Egito, Etiópia, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental, Somália e Tunísia.

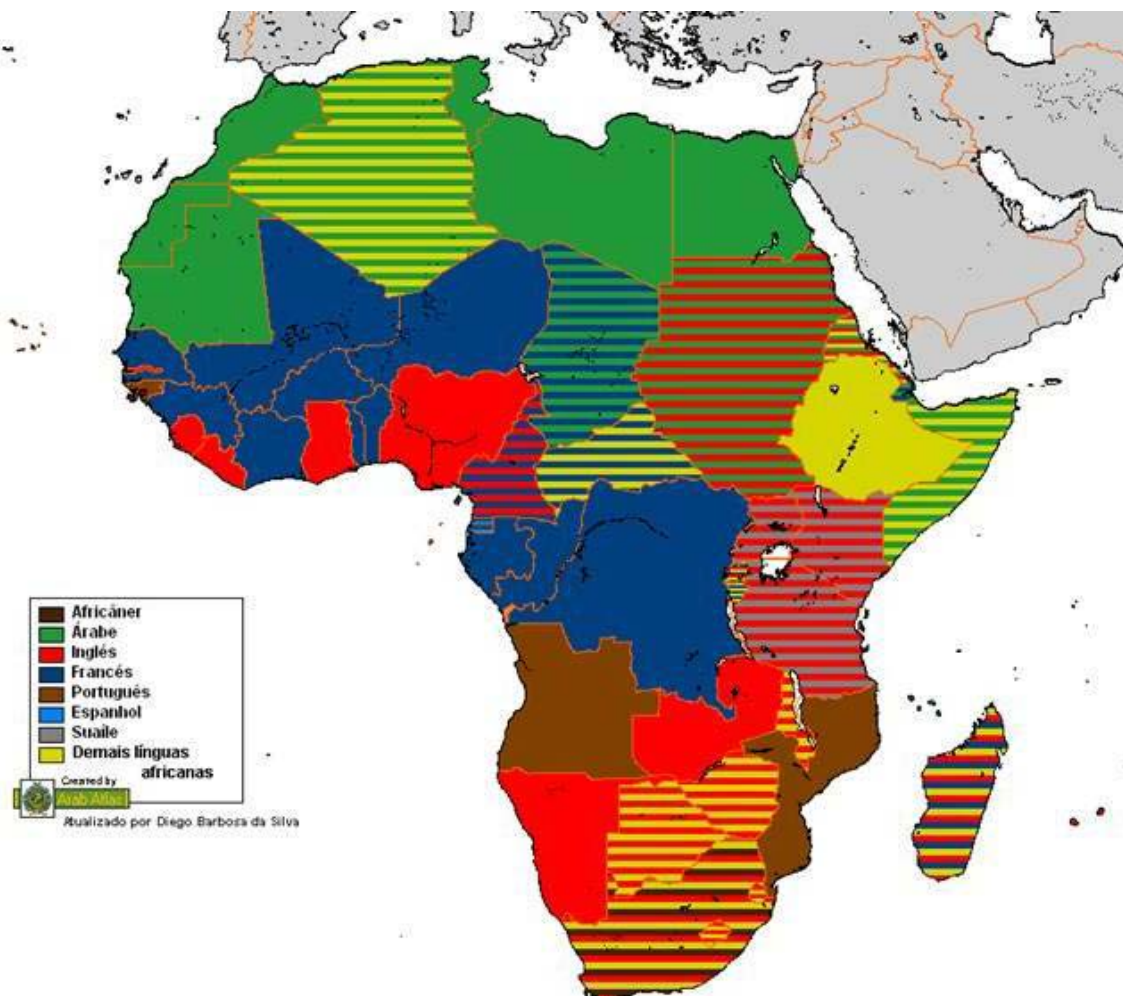
Bethania Mariani (2008, p.74) nos mostra que teorizar sobre a passagem das línguas europeias na África como línguas de colonização para línguas nacionais,

considerando como pano de fundo os efeitos da violência simbólica da colonização linguística bem como a heterogeneidade linguística constitutiva das nações, é discutir a trajetória sócio-política das línguas e das ideias linguísticas, é discutir também a história do sempre conflituoso percurso da construção de identidades nacionais, por um lado, e dos conflitos político-linguísticos internacionais, por outro.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é apresentar o cenário atual das políticas linguísticas no continente africano e avaliar de maneira crítica os motivos e justificativas para a implantação dessas políticas no continente.

O mapa abaixo mostra as línguas oficiais dos países africanos atualmente.

¹ Mestrando em Linguística - UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Mapa: As línguas oficiais dos países africanos

Colonização e descolonização

A questão linguística na África é consequência do processo de colonização que introduziu e impôs no continente também uma colonização linguística a partir do inglês, francês, português e espanhol. Esses quatro idiomas de origem europeia promoveram profundas transformações linguísticas em uma África atualmente com cerca de 2092 línguas autóctones² tanto quanto as nações europeias modificaram toda estrutura político-sócio-econômica da África, sobretudo após a Conferência de Berlim (1884-1885).

Podemos observar adiante como alguns estudiosos, no início século XX, portanto, durante o período colonial da África, reconheciam o papel da língua

² A quantidade corresponde à cerca de 30% de todas as línguas do mundo. A Europa tem cerca de 239 línguas ou 3,5%. As línguas mais faladas na África são o árabe (175 milhões), o suaíle (10 milhões como materna e 80 milhões como segunda língua), amárico (42 milhões), hausa (25 milhões + 15 milhões como segunda língua), oromo (35 milhões), ibo e yorubá (cerca de 25 milhões cada). Fonte: site Ethnologue.

na colonização. O escritor francês de idioma provençal, prêmio Nobel de Literatura em 1904 e defensor das línguas regionais francesas, Frédéric Mistral dizia que “a língua é o mais poderoso instrumento de conquista, porquanto permite impor ideias e valores sem contestação” e o geógrafo francês Vidal de La Blache, nas vésperas da I Guerra Mundial afirmava “o papel de um país no mundo se mede pelo número de indivíduos que falam sua língua” (Souza, 2001, p.12).

Neste contexto, a Conferência de Berlim foi responsável pela ocupação total da África, pela França, Reino Unido, Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha e Itália³ e também pela manutenção da independência política de apenas dois países africanos: Etiópia e Libéria. Tal divisão não respeitou a dinâmica sócio-política da África, unindo etnias rivais num mesmo território e dividindo um mesmo grupo étnico em várias colônias, sob diferentes administrações.

No entanto, depois de séculos de exploração colonialista e imperialista, surgem na África diversos movimentos nacionalistas de independência após a II Guerra Mundial. Esses movimentos foram liderados pelas elites coloniais que mantinham forte contato com a metrópole e que utilizavam a língua europeia como língua do movimento de libertação. A língua, assim, sofre um processo de “ressignificação quanto objeto simbólico” (Mariani, 2007, p. 244). Hannah Arendt diz que a sociedade da nação no mundo moderno é “aquele domínio curiosamente híbrido onde os interesses privados assumem significação pública” (Bhabha, 1997, p. 50). Nesse sentido, as elites coloniais usariam o Estado para se manterem no poder.

A nação, como dizia Ernest Renan, é um plebiscito diário, um eterno poder de exclusão, frente a um poder de pertencimento. Resultado de um longo passado de esforços, a nação é um desejo de viver junto, vontade de continuar valer a herança que recebemos. A nação seria incompleta, um projeto a exigir uma vigilância contínua, um esforço a fim de assegurar que a exigência fosse ouvida e obedecida. Se não fosse o poder do Estado de segregar, selecionar e classificar, dificilmente existiria a comunidade nacional. Se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também condição para a existência de uma nação (Renan, 1997, p. 40).

Destarte, o Estado surge buscando a obediência de seus indivíduos e se apresenta como meio de consolidação e concretização do futuro das nações, um futuro sem limites, do povo e da cultura e a garantia de sua continuidade (Bauman, 2005, p. 27).

Diferentemente do surgimento dos Estados nacionais na Europa, criados através de um processo lento de pertencimento de um mesmo grupo geralmente homogêneo e exclusão, de construção de uma identidade em

³ Alemanha e Itália perderam suas colônias para os países da Tríplice Entente, após a I Guerra Mundial, mais precisamente para a França e o Reino Unido.

oposição ao outro, em alteridade, o surgimento dos Estados africanos se deu a partir da estrutura colonial e territorial, que agregava vários grupos étnicos, cada um com uma identidade própria que excluía e repelia as demais, num sentido de afirmação.

Porém, as elites africanas, consequências de um processo intercultural, inclusive de conflito, não viam outra solução para o futuro desses novos países, a não ser utilizar o modelo de Estado europeu deixado como herança na África pelos colonizadores. Esse modelo pouparia custos e evitaria uma nova reorganização geopolítica do continente. Por isso, os países africanos, recém independentes criaram em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), que segundo o artigo II da Carta da OUA, tinha como objetivos a) defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos, b) erradicar todas as formas de colonialismo da África, c) promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos, d) promover o desenvolvimento sócio-econômico, entre outros. Isto é, os países da OUA decidiram não modificar as fronteiras estabelecidas na Conferência de Berlim.

O historiador nigeriano Toyin Falola, como crítico desse processo de descolonização afirma que “hoje não podemos criticar o imperialismo europeu na África sem também criticar a elite africana que gerencia o mundo pós-colonial” (Rodrigues, 2005, p. 162). Foi dessa forma, através da política, entre elas a linguística, que as elites africanas se mantiveram no poder.

Política linguística a serviço do Estado-Nação

Após a independência das colônias africanas, era extremamente necessário criar, forjar uma identidade nacional acima da identidade étnica, capaz de manter o novo país unido. Era necessário, por exemplo, criar uma identidade angolana ou nigeriana, que congregasse as identidades umbundu, kikongo, kimbundu ou hausa, ibo, yorubá e outras dezenas, respectivamente e que fosse superior a elas. As elites africanas logo perceberam que a língua seria mais que um meio para isso, pois “a língua funciona como forma de dominação e homogeneização cultural e como forma de resistência cultural” (Rodrigues, 2005, p. 162) e também que sob a imagem da língua oficial deveria ser construída a nova nação.

Bourdieu (1996, p. 32), inclusive, diz que é no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial. Assim, o Estado afirma e confirma uma identidade e conseqüentemente uma língua, a língua nacional. Afinal, identidade traz segurança. Dessa forma, as demais identidades são submetidas a sua proteção, ou melhor, controle, o que só endossa a superioridade da identidade nacional. O sociólogo francês vai ainda mais longe ao afirmar que a língua oficial se impõe de maneira imperativa, sendo a única legítima naquela jurisdição, contribui para reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação (Bourdieu, 1996, p. 31).

A língua europeia escolhida como oficial desempenharia um importante papel na construção dessa identidade, afinal as nações africanas eram resultados do choque cultural europeu e africano. Todavia, não podemos nos esquecer de que essa língua dita europeia, não era mais tão europeia, já que em solo africano sofreu influências e transformações, formando muitas vezes, inclusive, uma nova língua, como o crioulo de Maurício, Seicheles e Cabo Verde ou uma variação da língua alóctone europeia, como o português angolano ou o francês congolês.

Essas línguas européias ressignificadas em África incorporaram a resistência à dominação e a memória das línguas africanas, principalmente através da introdução de novos léxicos e variações sintáticas.

Essa escolha foi baseada no que Mariani (2007, p. 241) chama de “ideologia do déficit linguístico nas línguas africanas”, isto é, na ideia de que a língua europeia é “emancipada, emancipadora e desenvolvida, enquanto as línguas africanas são tidas como primitivas, tradicionais e subdesenvolvidas” (Barber in Rodrigues, 2005, p. 165). Ou seja, para as elites, as línguas europeias estão mais preparadas e tem inclusive um potencial maior para representar a realidade do mundo atual com seus avanços tecnológicos e científicos. Tal medida baseia-se na concepção centrista ocidental de mundo em que a língua europeia aqui é vista como um instrumento civilizatório e como critério para o desenvolvimento da África.

Do ponto de vista político, a escolha da língua de origem europeia como oficial mostrou-se positiva, para as elites, sob os seguintes aspectos:

a) Apresentava um valor simbólico, tinha instrumentos linguísticos definidos, como a escrita, a gramática, o dicionário, além de vasta literatura e história documentada ao contrário de muitas línguas africanas, isto é, a língua europeia detinha a praticidade em relação ao mundo atual com suas tecnologias e avanços científicos.

b) Exerceria o papel de língua de contato internacional das novas nações com os demais países do mundo.

c) Evitaria problemas causados por uma possível escolha de uma língua africana do país, como oficial, impedindo conseqüentemente a valorização e ascensão de um grupo étnico perante os demais. Dessa forma, optou-se pela língua do colonizador que é vista como neutra.

Conseqüentemente, outro problema surgiria para as elites, se os países africanos tornassem oficiais todas as línguas do país, tal medida encontraria dificuldade na sua implantação no sistema de ensino, administrativo, judiciário, entre outros, assim como representaria um alto custo. Se o território fosse dividido para que cada região tivesse uma língua oficial, a identidade regional seria reforçada em detrimento da identidade nacional, o que poderia ser um rico no futuro para a unidade do país.

A análise das políticas linguísticas africanas, nos permite classificar os Estados nacionais em quatro categorias, para observar, abaixo, que a maioria dos países valorizam a língua externa.

1. Países africanos de maioria árabe: mesmo com diversidade étnica, apresentam uma maioria étnica árabe e aplicam uma política de arabização do país sob o aspecto linguístico. É o caso da Argélia, Marrocos, Tunísia, Egito e Líbia.

2. Países da África Subsaariana com política exoglóssica, ou seja, que adotam uma política de valorização da língua externa. Dividem-se em dois grupos:

2.1 Países com grande diversidade étnica e linguística, ou seja, em que nenhuma língua atinge 50% da população:

Angola, Benin, Camarões, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Gabão, Gâmbia, *Gana*⁴, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, *Mali*, *Maurício*, Mauritânia, *Moçambique*, *Namíbia*, *Níger*, *Nigéria*, *República Democrática do Congo*, *Senegal*, Serra Leoa, *Togo*, *Zâmbia* e *Zimbábue*.

2.2 Países com pequena diversidade linguística, isto é, a maioria da população é falante de um único idioma:

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

3. Países da África Subsaariana com política endoglóssica, isto é, que apresentam uma política de promoção da língua interna. Podemos dividi-los em dois grupos:

3.1 Países com vasta diversidade étnica e linguística:

África do Sul, Etiópia, Eritreia, Quênia, República Centro Africana, Tanzânia e Uganda.

3.2 Países com uma etnia majoritária:

Botsuana, Burundi, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ruanda, Somália e Suazilândia.

Observando a classificação acima, podemos perceber que poucos são os países com uma política de valorização da língua nacional. Botsuana, Burundi, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ruanda, Somália e Suazilândia apresentam um grupo étnico majoritário e por isso mesmo torna-se relativamente fácil adotar como língua oficial, a língua dessa etnia principal ou dominante. Como exemplo disso temos o tswana (língua materna de 80% da população de Botsuana e segunda língua de 19%), o sesotho (língua materna de 85% da população do Lesoto e segunda língua de 14%) e o malgaxe (língua materna de 98% da população de Madagascar). Porém em todas essas nações, com exceção da Somália, a língua nacional e oficial africana disputa

⁴ Os países em itálico apresentam política linguística exglóssica, porém com tendências endoglóssicas, sobretudo na utilização das línguas nacionais no ensino primário.

prestígio, com o inglês em Botsuana, Lesoto, Malauí e Suazilândia e com o francês em Madagascar e Ruanda.

A tabela a seguir, utilizada para embasar esta pesquisa, foi elaborada a partir de uma tabela semelhante de Ouane (2003), que foi ampliada e atualizada com dados retirados das constituições e sites oficiais de cada país africano. Com ela, podemos ter um panorama da situação político-linguística de cada país do continente africano. Nas duas primeiras colunas temos o nome do país e sua população com dados do *The New York Times Almanac 2009*. Na terceira coluna temos o número de línguas faladas em todo o território, incluindo línguas alóctones, autóctones, locais e segundas línguas, dados do Ethnologue. A quarta coluna apresenta uma lista com o nome das principais línguas, seja por ser a mais falada ou por ter caráter oficial. As duas colunas seguintes mostram o percentual da população que fala essas línguas seja como língua materna na quinta coluna ou como segunda língua na sexta coluna. As últimas cinco colunas referem-se a possível ou não utilização dessas línguas no ambiente linguístico do país, seja como língua oficial do estado ou de regiões administrativas desse estado, como língua franca, isto é, língua de contato entre falantes de diferentes línguas locais, ou na educação, pré-primária, os quatro ou cinco primeiros anos de escolaridade, a primárias, os quatro ou cinco anos posteriores e a média, três ou quatro anos antes do ensino superior.

Tabela I: As línguas africanas

Países	População em milhões	Número de línguas	Línguas principais	Percentual de falantes		Língua usada como				
				Língua materna	Segunda língua	Língua oficial	Língua Franca	Instrução média		
								Pré-primário	Primário	Médio
África do Sul	48,8	35	Zulu	23,8		x	x	x	x	
			Africâner	13,3		x	x	x	x	x
			Xhosa	17,6		x		x		
			Inglês	8,2		x	x	x	x	x
			Tswana	8,2		x		x		
			Sepedi	9,4		x		x		
			Sesotho	7,9		x		x		
			Tsonga	4,4		x		x		
			Swati	2,7		x		x		
			Tshivenda	2,3		x		x		
			Ndebele	1,6		x		x		

Angola	17,5	41	Umbundu Kimbundu Kikongo Tchocwe Português	38 23 13 5 20	20 45		x			
Argélia ⁵	34,4	22	Árabe Tamazight (Tamasheq, Kabyle e Chaouia - Berbere) Francês	83 16 Baixo	57	x x	x	x	x	x
Benin	9,3	51	Fon-Ewe Yorubá Bariba Aja Gbe-Ayizo Nago Francês	26 14 13 7 4 3 Baixo	30 15 10 20		x			
Botsuana	1,9	37	Tswana Kalanga Inglês	80 10 Baixo	19	x x	x	x		x
Burkina Fasso ⁶	15,2	69	More Jula Fulfulde Gurmance Francês	48 20 11 5 Baixo	15 35 10		x	x x x x		x
Burundi	8,9	3	Kirundi Suaíle Francês	99 Baixo	10 10	x x			x x	x
Camarões ⁷	18,9	280	Beti Crioulo Ewondo Fulfulde Bassa Bamun Francês Inglês	27 20 18 8 5 4 Baixo Baixo	7 21		x x			x x x

⁵ Argélia – Desde 1989, o árabe é a única língua de ensino básico e no ensino secundário. O artigo 15 da Lei n.º 91-05, de 16 de janeiro 1991, exige exclusivamente o ensino em língua árabe. Depois de forte pressão, a minoria Kabila consegue que sua língua, o Berbere torne a segunda língua oficial através da lei no 02-03 de 2002. Todavia, o presidente, Abdelaziz Bouteflika afirmou em 2005 "As escolas particulares que não cumprirem com os regulamentos existentes (ensino apenas na língua árabe) serão fechadas" (tradução nossa). Fonte: <<http://www.tifq.ulaval.ca/axl/afrique/algerie.htm>>.

⁶ Burkina Fasso – Como muitos países africanos, Burkina Fasso concede à língua do ex-colonizador, o francês, o status de língua oficial e às demais o status de línguas nacionais.

⁷ Camarões – O francês atinge 78% da população camaronesa como idioma de ensino, enquanto que o inglês 22%.

Cabo Verde	0,45	2	Crioulo (Caboverdiano) Português	98 Baixo	95	x	x	x	x	x
Chade	11,1	133	Árabe Sara / Gambai Kanembu Dazaga Maba Naba Francês	13 19 4,5 3,3 3 2,5 Baixo	50 10 13	x	x x	x x	x	x
Comores ⁸	0,74	8	Comorense Malgaxe Suaíle Francês Árabe	97 0,1 0,4 Baixo		x x x	x x x	x x x	x	x
Congo	3,8	66	Kongo-Kituba Teke Lingala Yombe Mbosi Suundi Francês	52 25 4 12 5 5 Baixo		x	x	x	x	x
Côte d'Ivoire	19,6	92	Anyi-Baoule Diula Senoufo Bete Dan We Attié Guro Jula Abé Francês	24 11 10 6 5 3 3 2 1 1 Baixo	64 61 35	x	x	x	x	x
Djibuti	0,85	6	Afar Árabe Somali / Issa Francês Inglês	21 15 61 Baixo		x x	x x	x x	x x	x xx
Egito	76,8	21	Árabe Domari Nobiin	98 0,5 0,3	1	x	x	x	x	x

⁸ Comores – A nova Constituição Comorense de 2002, tornou oficial o comorense, ao lado do árabe e francês.

Eritreia ⁹	5	18	Tigrina	53	25			x	x	x
			Tigre	22				x	x	
			Afar	8				x	x	
			Saho	4				x	x	
			Kunama	3,9				x	x	
			Beja (Bedawi)	3,3				x	x	
			Bilen	1,9				x	x	
			Nara	1,7				x	x	
			Árabe	0,5				x	x	
			Inglês					x	x	x
Etiópia ¹⁰	85,2	86	Amárico	31	40	x	x	x	x	
			Oromo	27			x			
			Chara	19		x	x			
			Tigrina	5			x			
			Somali	5			x			
			Sidamo	3						
			Afar	3			x			
			Hadyyia	2,5						
			Gamo-Gofa-							
			Dawro	2						
			Wolaytta	2						
			Gdeo	1						
			Kambaata	1						
Inglês	Baixo				x					
Gabão	1,4	41	Fang	32	70 ?					
			Mpongues	15						
			Mbede	14						
			Punu	11						
			Francês	7		x	x	x		
Gâmbia	1,8	22	Mandinka	42	30 ?					
			Pular	24						
			Wolof	15		x				
			Soninke	6						
			Jola-Fonyi	5						
			Inglês	Baixo		x	x	x		
			Francês							

⁹ Eritreia – O artigo 4º da constituição eritreia de 1997, diz “A igualdade das línguas eritreias é garantida” (tradução nossa). Não há uma definição de uma ou mais línguas oficiais, porém o governo eritreu adota o tigrina, o árabe e o inglês como línguas de trabalho.

¹⁰ Etiópia – Independente desde o século VII a.C., a Etiópia foi um dos poucos países no mundo a não serem colonizados pelos europeus. Esse fator foi fundamental para o desenvolvimento e uma forte política endoglóssica, tanto que a Constituição etíope reconhece igualdade entre todas as línguas e considera o amárico como língua de trabalho e do governo federal. A constituição também permite que os estados que compõem a Etiópia escolham uma língua de trabalho. Porém, o país sofre forte influência da língua inglesa global, tendo parte dos ensinos médio e universitário, assim como da imprensa e demais meios de comunicação em inglês.

Gana ¹¹	23,9	83	Akan Ewe Abron Farefare Dangme Dagbani Dagaare Inglês	41 11 5 4,1 4 4 3,3 Baixo	40 ?	x	x x x x x x x	x x x x x x x	x
Guiné	9,6	38	Fulfulde Maninka Sousou Kpelle Francês	25 40 10 4 Baixo	18 5 20	x	x x x	x x x	x
Guiné- Bissau	1,7	25	Mandinka Balanta Fulacunda Mandjak Crioulo Português	35 30 20 8 10 Baixo	15 70	x	x x x	x x x	x
Guiné- Equatorial ¹²	0,65	14	Fang Bubi Espanhol Francês Português	75 7 Baixo Baixo Baixo	67	x	x x x	x x x	x
Lesoto	2	6	Sesotho Zulu Inglês	85 15 Baixo	14	x	x x	x x	x
Libéria ¹³	3,9	31	Krio Kpelle Bassa Loma Dan Inglês	40 23 16 5,9 5,2 Baixo	10 17 7 50	x	x x x x	x x x x	x
Líbia	6,3	14	Árabe Tamasheq Inglês	95 3,7	4	x	x x	x x	x

¹¹ Gana – Uma reforma educacional de 2007 instituiu a utilização das línguas nacionais no ensino primário, como línguas de ensinamento, de acordo com as regiões do país.

¹² Guiné Equatorial – A lei constitucional nº 1 de 1998 reconhece as línguas autóctones como parte da cultural nacional. Como consequência do processo de internacionalização do português, promovido pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos últimos anos, a Guiné Equatorial, a partir de julho de 2007, adotou a língua portuguesa como oficial no país numa tentativa de se aproximar e aderir à CPLP. Lá, o francês é oficial desde 1998, ao lado do espanhol, que é oficial desde a independência em 1968, porém o português não é língua materna, sequer de parte dos guinéu-equatorianos.

¹³ Libéria – O krio é um grupo de línguas e o inglês apresenta diversas variedades linguísticas.

Madagáscar ¹⁴	20,2	15	Malgaxe Francês Inglês	98 Baixo Baixo		x x x	x	x	x x	x
Malauí	14,3	22	Nyanja/ Chicheua Lomwe / Ngulu Yao Inglês	50 15 14 5	27	x x	x	x		x x
Mali ¹⁵	12,7	54	Bambara Fulfulde Senoufo Songhai Soninke Maninka Tamasheq Francês Árabe	45 20 10 7 7 7 3 Baixo Baixo	30 15	 x	x	x x x x x x	x x	x x
Marrocos	31,6	10	Árabe Berbere Francês	70 25 Baixo	28	x	x	x	x	x
Maurício ¹⁶	1,3	13	Crioulo Hindi / Bhojpur Tâmil Urdu Telugu Chinês Marathi Inglês Francês	53 34 3,5 2,7 1,5 1,5 1,3 Baixo Baixo	40	 x	x	x x x x x x x	x x	x x
Mauritâniã ¹⁷	3,2	9	Árabe Fulfulde Wolof Soninke Francês	90 6,4 0,4 1,3 Baixo	7 13	x x	x x	x	x	x x

¹⁴ Madagascar – Em 2004, Madagascar torna oficial a língua francesa e em 2007, o inglês, graças ao crescimento de um sentimento de aversão aos ex-colonizadores.

¹⁵ Mali – A constituição diz que o francês é a língua oficial e institui 13 línguas nacionais. Além disso o artigo 25 da mesma constituição de 1992 afirma que “Lei fixará os moldes de promoção e oficialização das línguas nacionais” (tradução nossa).

¹⁶ Maurício – De acordo com a lei 2/603 de 1957, todas as línguas são permitidas nas escolas mauricianas. A escolha fica a critério dos pais, logo o francês e o crioulo são os preferidos. Mas o inglês é a língua utilizada na Universidade.

¹⁷ Mauritâniã – O artigo 6º da Constituição mauritana de 1991, mantém apenas o árabe como língua oficial. No entanto, na prática, o francês mantém status como língua da administração e educação. No ensino universitário o inglês é introduzido como língua de ensino.

Moçambique ¹⁸	21,8	43	Makua	35	45	x		x					
			Tsonga	15							x		
			Ngulu / Lomwe	8							x		
			Zulu	8							x		
			Sena	5							x		
			Chopi	5							x		
			Chuwabu	4,5							x		
			Tswa	4							x		
			Nyanja	3							x		
			Yao	2,5							x		
Português	Baixo	?	x	x	x								
Namíbia	2,1	36	Kwanyama	45			x	x	xx				
			Ndonga	27							x		
			Nama	11							x		
			Africâner	9							x		
			Herero	7							x		
			Alemão	Baixo							x	x	
Inglês	Baixo	x	xx	x									
Níger	14,7	21	Hausa	50	24	19	x	x					
			Zarma	17							x		
			Fulfulde	8,5							x		
			Tamasheq	8							x		
			Kanuri	4,8							x		
			Songhai	4,7							x		
			Francês	Baixo							x	x	x
Nigéria ¹⁹	151,5	516	Hausa	19	41		x	x	x	x			
			Ibo	15							x		
			Yorubá	18							x		
			Adamawa-										
			Fulfulde	8							x		
			Kanuri	2,5							x		
			Edo	1							x		
			Idoma	0,6							x		
			Efik	0,5							x		
			Inglês	Baixo							x	x	x

¹⁸ Moçambique – O Artigo 5º da Constituição moçambicana de 1990 diz “(1) Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial. (2) O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos”.

¹⁹ Nigéria – A Constituição da Nigéria de 1999 omite a existência de uma língua oficial, porém o artigo 55 diz “A assembleia será conduzida em inglês com adequações aos três principais idiomas nacionais” (tradução nossa). O governo federal nigeriano utiliza o hausa, o ibo, o yorubá e o inglês na administração e no sistema de ensino e os estados federais adotam uma dessas línguas como co-oficiais ao inglês nos seus territórios, já que o país se divide em três grandes áreas linguísticas, hausa no norte, ibo no leste e sudeste e o yorubá no oeste e sudoeste. Assim, de fato, a Nigéria possui quatro línguas oficiais e atualmente há uma forte pressão para que se promova o ensino da língua francesa, devido aos vizinhos francófonos. Fonte: Embaixada da Nigéria em Brasília, 2008

Quênia	38,6	64	Suaíle	1	65	x	x	x						
			Kikuyu	20										
			Luhya	13										
			Luo	14										
			Kamba	11										
			Kalenjin	8										
			Gusii	5,4										
			Meru	4,5										
			Giryama	2,1										
			Bukusu	2										
			Maasai	1,5										
Turkana	1													
Inglês	Baixo		x		x	x	x							
República Centro Africana	4,4	79	Banda	39	32									
			Baya	27										
			Sango	5										
			Francês	Baixo							25	x	x	x
República Democrática do Congo ²⁰	64,7	216	Suaíle	20	13		x	x						
			Lingala	19										
			Tshiluba	13										
			Kikongo	22										
			Ngbaka	2,1										
			Songe	2,1										
			Nande	2										
			Francês	Baixo							10	x		x
Ruanda ²¹	10	3	Kiniaruanda	99	18	x		x	x	x				
			Francês	Baixo							3	x		
			Inglês	Baixo							3	x		
São Tomé e Príncipe	0,2	5	Crioulo (Sãotomense)	85	95	x		x	x	x				
			Fang	8										
			Português	Baixo										
Seicheles	0,09	3	Crioulo (Seichelense)	94	3	x	x	x		x				
			Inglês	3										
			Francês	2										

²⁰ República Democrática do Congo – Apresenta quatro línguas nacionais: Suaíle, Lingala, Luba (Tshiluba) e Kongo (Kikongo).

²¹ Ruanda – Com o fim do genocídio em Ruanda em 1994, cerca de 800 mil refugiados ruandeses retornaram de Uganda, exigindo uma promoção maior da língua inglesa, no país. Tal questionamento soma-se ao surgimento de uma aversão ao francês, devido a um possível apoio, ou mesmo omissão do governo francês ao genocídio. Assim a nova constituição do país promulgada em 2003, no artigo 5º torna o inglês língua oficial ao lado do francês e do kinyarwanda.

Senegal ²²	12,7	41	Wolof	36	45		x	x	x	
			Pular / Fulfulde	21			x	x		
			Serer	16				x		
			Jola-Fogny	7				x		
			Mandinka	6			x	x		
			Soninke	3				x		
			Árabe	Baixo			Alto	x		
Francês	Baixo	12		x	x					
Serra Leoa ²³	6	25	Mende	35	25		x			
			Temme	30			10			
			Krio	9			30	x		
			Limba	6,7						
			Kuranko	5,4						
			Kono	4						
			Inglês	Baixo			15	x	x	
Somália ²⁴	9	13	Somali	95	2	15	x	x	x	x
			Árabe	2			x			x
			Suaíle	1,7						
			Inglês	Baixo						x
			Italiano	Baixo						x
Suazilândia	1,1	4	Swati	91	8		x	x	x	
			Zulu	5						
			Inglês	Baixo			37	x		
Sudão ²⁵	39,4	134	Árabe	51	39		x	x	x	x
			Dinka	10						
			Zandé	5						
			Beja (Bedawi)	2						
			Nuer	2						
			Bari	1						
			Latuka							
			Inglês	Baixo				x	x	

²² Senegal – As línguas senegalesas têm o *status* de línguas nacionais e são muito valorizadas.

²³ Serra Leoa – O artigo 9º da Constituição de 1991, estabelece que o governo deve promover no sistema de ensino as línguas autóctones do país.

²⁴ Somália – País africano com maior homogeneidade étnica, cultural, religiosa e linguística (95% falam somali como língua materna), após a independência em 1960, inicia uma política de desenvolvimento do somali para se tornar a língua nacional. Porém, a partir de 1991, a Somália mergulha em uma guerra civil e a parte norte proclama independência, intitulado-se Somalilândia e adota além do somali, o árabe e o inglês como idiomas oficiais. O leste também proclama a independência, sob o nome de Puntlândia, adotando o somali e o árabe como oficiais. Mas esses países não são reconhecidos pela comunidade internacional. Outras regiões do país também reivindicam autonomia e a Somália se retalhou em diversas esferas de poder. Atualmente, o país passa por instabilidades e o aniquilamento da estrutura estatal.

²⁵ Sudão – Com o acordo de paz entre Cartum e os separatistas do sul, entra em vigor a Constituição provisória em 2005, que aponta o árabe e o inglês como línguas oficiais, reconhecendo a importância de todas as línguas sudanesas. Um plebiscito no Sudão do Sul, a respeito da independência está marcado para 2011.

Tanzânia	41,5	128	Sukuma	13	90	x	x	x	x	
			Suaíle	5						
			Gogo	5						
			Haya	4						
			Nyamwezi	4						
			Makonde	4						
			Hehe	3						
			Inglês	Baixo						
Togo	6,8	42	Ewe	44	6			x	x	
			Kabiye	21						
			Gbe	7,5						
			Tem	4						
			Gen	4						
			Moba	3,5						
			Ikposo	3						
			Hausa							
Francês	Baixo		x			x	x			
Tunísia	10,4	10	Árabe	99			x	x	x	x
			Francês	Baixo						
Uganda ²⁶	31,9	46	Luganda	18	20		x	x		
			Soga	11						
			Nyankore	9,6						
			Chiga	8,2						
			Teso	6						
			Lwo-Lango	6						
			Masaba	4,4						
			Lwo-Acholi	4,4						
			Nyoro	3						
			Lwo-Alur	2,7						
			Tooro	2,8						
			Kenyi	2,3						
			Kiniaruanda	3,1						
			Konjo	2,1						
			Karamojong	2,1						
			Gwere	1,4						
Suaíle		75	x	x		x				
Inglês	Baixo	9	x			x	x			

²⁶ Uganda - Apresentou nesses últimos anos uma tendência endoglósica, por parte do suaíle, que é língua franca em toda África Oriental, de Moçambique a Somália. O suaíle já havia-se tornado língua oficial em Uganda durante o regime de Idi Amim Dada (1971-1979), porém a constituição de 1995 manteve apenas o inglês. A partir de setembro de 2005, Uganda voltou a adotar o suaíle como língua oficial, em prol de uma maior integração regional, afinal o suaíle já era oficial na Tanzânia e no Quênia.

Zâmbia	12,2	44	Bemba	31	25 31		x	x			
			Nyanja	11			x	x			
			Tonga	11				x			
			Lozi	9				x			
			Kaonde	5				x			
			Lunda	4				x			
			Luvale	4				x			
			Inglês	Baixo			x	x			x
Zimbábue ²⁷	13,5	21	Shona	69			x	x	x		
			Ndebele	14				x	x		
			Ndau (Shanga)	6,5							
			Kalanga	6							
			Nyanja	2							
			Inglês	2			x	x			
			Manyika	1,5							
			Tonga	1							
			Nambya	0,8							
			Venda (Tshivenda)	0,6							

Fonte: Adama Ouane, ampliado e atualizado pelo autor do artigo, a partir de pesquisa a legislação e sites dos governos dos países africanos.

Vejam rapidamente a partir de agora, a política linguística da África do Sul como um exemplo de política multilingue e da Tanzânia, como exemplo de planificação linguística bem sucedida.

África do Sul

A África do Sul, a partir da promulgação da nova constituição em 1997, reconheceu a importância das línguas africanas e estabeleceu que 11 delas seriam oficiais. O país apresenta grande diversidade linguística e grande contato entre as 35 línguas da nação. Contudo, essas línguas oficiais, na prática, são regionais, pois as províncias elegem de três a quatro delas, oficiais, que inclusive, são utilizadas no primeiro segmento do ensino primário, como idioma de ensino. Com a tabela II das línguas oficiais de cada província na África do Sul, observamos esse caráter regional da política linguística sul-africana.

²⁷ Zimbábue – A Constituição de 1980, em vigor, omite uma língua oficial, mas o inglês é tido como oficial pelo Estado. O artigo 4 da Constituição do Zimbábue de 2000, rejeitada em referendo, afirmava que o país teria nove línguas oficiais: shona, ndebele, ndau (shanga), kalanga, inglês, manyika, tonga, nambya e venda (tshivenda). A lei educacional zimbabuana permite que os pais escolham a escola para matricularem seus filhos, de acordo com a língua a ser utilizada no ensino primário, porém problemas estruturais dificultam a aplicação da lei. Na prática, o inglês, o shona e o ndebele são mais utilizados no ensino primário de acordo com o território. Porém a utilização do primeiro ainda prevalece sobre os demais.

Tabela II: As línguas oficiais regionais da África do Sul

Província	População 2006 (em milhões)	Línguas oficiais	Porcentagem de falantes
Western Cape	4,7	Africâner Inglês Xhosa	55,3 % 19,3 % 23,7 %
Kwazulu-Natal	9,9	Zulu Inglês Africâner	80,9 % 13,6 % 1,5 %
Eastern Cape	6,9	Xhosa Africâner Inglês	82,6 % 9,6 % 4,2 %
Northern Cape	1,0	Africâner Tswana Xhosa	68,0 % 20,8 % 6,2 %
Free State	2,9	Sesotho Africâner Xhosa	64,4 % 11,9 % 9,1 %
North-West	3,4	Tswana Africâner Inglês	59,0 % 8,8 % 6,3 %
Gauteng	9,5	Africâner Zulu Sesotho Inglês	14,4 % 21,5 % 13,1 % 12,5 %
Mpumalanga	3,5	Swati Zulu Ndebele Africâner	30,8 % 26,4 % 12,1 % 6,2 %
Limpopo	5,6	Sepedi Tsonga Tshivenda Inglês	52,1 % 22,4 % 15,9 % 9,6 %

Fuente: <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/afrique/afriquesud.htm>

A África do Sul enfrenta o mesmo problema da maioria dos países africanos em relação à educação em língua africana: a falta de professores capacitados e também de livros didáticos que faz com que o número de escolas que adotam línguas africanas seja insignificante. O zulu, língua mais falada, é adotado por 6% das escolas enquanto o inglês e o africâner são adotados por cerca de 90% das escolas primárias. O governo pós-apartheid tenta promover as línguas africanas perante as fortes influências do inglês, oficial desde 1822 e do africâner, oficial desde 1925. Mesmo após duas décadas do fim do regime de segregação na África do Sul, há ainda uma divisão do país sob o aspecto linguístico: o africâner e o inglês são falados por

98,4% dos brancos e *coloured*, enquanto que 98,5% dos negros falam idiomas africanos.²⁸

Tanzânia

A política linguística na Tanzânia merece destaque neste artigo, por ser exemplo de planejamento linguístico promovido pelo Estado. O país foi formado em 1964, com a unificação de duas ex-colônias, Tanganika e a ilha de Zanzibar. A partir daí, a Tanzânia tomou medidas de valorização do suaíle para tornar-se língua oficial e nacional. O suaíle é uma língua de formação heterogênea, formada a partir do comércio marítimo e do contato nas costas da África Oriental, falada como materna apenas em Zanzibar e como segunda língua no litoral do país. Vale ressaltar que “o suaíle foi estimulado e permitido na época da colonização alemã e britânica” (Abdulaziz, 2003, p. 106) e por isso diferentemente dos demais países africanos, emergiu como candidato à língua nacional e oficial na Tanzânia, sendo adotado como língua da independência por Julius Nyerere.²⁹

Em 1967, através da Declaração de Arusha, o suaíle foi implantado no ensino médio, um dos poucos casos na África do gênero. Todavia, para que essa medida fosse efetivada foi preciso uma intervenção estatal no corpus da língua, principalmente no desenvolvimento de novos léxicos feito pelo *The National Swahili Council* e também incentivo e desenvolvimento de uma expressão literária em suaíle. Porém em 1987, a Tanzânia permitiu o uso da língua inglesa no ensino médio, sob forte pressão internacional que o inglês impõe, apesar de a medida ter-se revelado, comprovadamente um obstáculo ao processo de aprendizagem. (Mazrui & Mazrui in Rodrigues, 2005, p. 164).

Mesmo tendo alguns aspectos favoráveis como a utilização do suaíle pelos colonizadores, o fato de ser vista como língua de independência e como uma espécie de língua neutra não ligada diretamente a nenhuma etnia, Calvet (2007, p. 121) nos mostra que o suaíle representa um bom exemplo de política linguística de status e de corpus de sucesso. Afinal, uma língua falada como materna por apenas 1% da população (antes de 1960), a partir do poder estatal, tornou-se língua falada por 95% da população como segunda língua, ampliando sua participação no continente, sendo adotada até mesmo como língua oficial da União Africana, organização que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA) em 2002.

Um bom termômetro para a vitalidade do suaíle é observar a sua quantidade de verbetes na wikipedia, 18 mil (2009), ao lado de idiomas como o javanês, bengali ou africâner, com mais falantes maternos, mesmo a África tendo apenas 2% dos domínios da rede mundial e 1% da população com acesso à internet, segundo Mouhammet Diop (2007), consultor do Banco Mundial, durante o 2º Fórum de Governança da Internet em 2007 no Rio de Janeiro.

²⁸ Fonte: E-mail a Embaixada da África do Sul em Brasília, 2008.

²⁹ Julius Nyerere (1922-1999) foi líder da independência de Tanganika e presidente da Tanzânia de 1964 a 1985.

Política linguística e desenvolvimento

A política linguística de um país é fundamental para o seu desenvolvimento, porém, questionamos qual seria a melhor política a ser adotada num continente assolado por guerras, miséria e desigualdade sócio-econômica. A maioria dos países africanos optou por uma política exoglóssica que, décadas depois, tem se mostrado ineficaz ao desenvolver o continente, sobretudo na educação.

Segundo Ayo Bamgbose (Rodrigues, 2005, p. 173), “a erradicação do analfabetismo na África depende do uso de línguas africanas como meio de instrução no primeiro e segundo níveis do processo de escolaridade formal”. O linguista nigeriano mostra a importância da implantação de uma política endoglóssica, afinal, línguas maternas são “um veículo de integração social e participação política em todo o continente africano” (Rodrigues, 2005:163). A utilização de uma língua europeia no ensino afasta o aluno e é a maior responsável pelas altas taxas de evasão e reprovação nas escolas.

A Unesco também defende a utilização de línguas maternas no ensino primário, porém a adoção de tais medidas esbarram nas dificuldades econômicas da África, como a escassez de escolas, de professores capacitados e de material didático. Sem mencionar que a maioria das línguas africanas necessitariam, em alguma medida, de uma intervenção do Estado para se desenvolverem³⁰, para se adequarem à realidade atual e poderem representar o mundo de hoje.

Ao debater sobre política linguística na África, muitos discutem a necessidade de ter uma língua oficial europeia, como única possibilidade de manter as fronteiras do novo país e questionam se não era uma forma de continuidade da colonização. No entanto, experiências como a tanzaniana e mais precisamente como a indonésia e a turca, comprovam a existência de outra alternativa. Para romper com o colonialismo, a Indonésia, criou uma língua, o bahasa, formado a partir do malaio com léxicos das demais línguas indonésias, do holandês da ex-metrópole e das outras línguas europeias. Já a Turquia, para afirmar sua identidade, aproveitou influências árabes e persas para construir um idioma turco, após a queda e divisão do Império Otomano em 1922. Tais medidas nos mostram outras possibilidades daquelas praticadas pela maioria das nações africanas atuais, porém exige planejamento linguístico e investimentos estatal.

Mas, mesmo assim, a respeito desse planejamento, Mariani (2008, p. 74) alerta que “os sujeitos são tomados pela(s) língua(s) em confronto, estão inscritos, em um território que se constrói discursivamente nessa heterogeneidade linguística. Por mais que as políticas de línguas visem administrar os conflitos, nenhum planejamento garante um controle total”.

³⁰ Metade das línguas africanas não apresentam ortografia, segundo ADEGBIJA, Efurosibina, Language attitudes in Sub-Saharan África. Clevendon: LTD, 1994, p.101.

Ela nos mostra que uma política linguística não é suficiente para modificar um ambiente, uma situação linguística, mas sim um lento processo de conscientização para modificar o cotidiano. Portanto, tais políticas necessitam da participação e envolvimento popular, tanto na sua elaboração, execução quanto na avaliação posterior de seus resultados. Afinal, o Estado deve respeitar o direito e a intimidade do falante cidadão, pois a língua antes de ser oficial ou não oficial é língua materna, língua da aldeia, pertence a ele e é a sua lente para enxergar o mundo.

Quanto à questão de continuidade do colonialismo, se analisarmos a utilização de línguas de origem europeia dentro de um contexto de dependência econômica, concluiremos que elas podem ser entendidas como uma forma de continuidade da colonização. Entretanto, se as analisarmos em um contexto de ressignificação do seu valor simbólico, incluindo ideias como o plurilinguismo, pregado pelas organizações francófonas e lusófonas, perceberemos uma ruptura clara do colonialismo, em que, por exemplo, a língua francesa, hoje, não pertença apenas à França, mas a todos os países da Francofonia, assim como o português dentro da CPLP. Assim, a língua alóctone ganha um novo sentido, uma nova memória, passando a representar a identidade, memória e história do povo que a fala.

Quando um Estado africano não apresenta uma política linguística eficaz e destinada a diminuir as desigualdades sociais, ocorre, principalmente para aqueles indivíduos que não dominam a língua europeia, uma desassociação de dois mundos, dois universos, que se distanciam: de um lado o universo local, do cotidiano dessas pessoas, da língua materna, do outro, o universo das grandes cidades, do mundo globalizado e da língua europeia internacional. Como consequência desse fato, temos a manutenção e mesmo aumento da desigualdade social na África, marginalizando muitos africanos e africanas e privando-os de uma participação política e cidadã. Deste modo, caímos num ciclo vicioso, em que “a política linguística é um instrumento de poder, que acaba por reter esse mesmo poder nas mãos das elites” (Küper, 2003, p. 95).

Para reverter tal questão, Wolfgang Küper (2003, p. 90) propõe uma atuação do Estado e da comunidade internacional para criar e promover um diálogo, uma conexão entre o conhecimento local produzido e o conhecimento de outros contextos. Ele defende uma participação plural e democrática nas tomadas de decisão, a respeito da política linguística. Acrescentamos a urgência necessária de políticas linguísticas que desenvolvam o bilíngüismo/trilingüismo individual (a língua materna, a língua franca/nacional e a língua europeia) que seria um importante instrumento de conexão desses contextos, o local e o global, dentro de um ambiente nacional plurilingüista de convivência.

Contudo, não podemos ignorar que falar em planejamento de línguas em regiões que estão em guerra ou dizimadas pela fome pode parecer um luxo irrelevante e que ao sucesso de uma política linguística precede uma série de políticas públicas no âmbito do combate a fome e a miséria, além de investimentos nas áreas de educação, saúde e saneamento básico.

Não podemos deixar de mencionar também que nos últimos anos, o crescimento de uma atuação política, em vários países, em favor de uma política linguística genuinamente africana, como por exemplo, a proposta da nova constituição do Zimbábue em 2000, a adoção do berbere como língua oficial na Argélia em 2002, a adoção do suaíle como língua oficial de Uganda em 2005, a reforma educacional de 2007 em Gana, o desenvolvimento de diversos projetos pilotos de ensino de língua materna no ensino primário, no Togo, Senegal, Mali, Níger e Nigéria. Essa preocupação está presente, hoje, em quase todos os países do continente. Lembramos também como medida para se buscar soluções concretas para esse impasse (local/global), a criação da Academia Africana das Línguas (ACALAN) em 2001 e as ações da Unesco como a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Linguísticas na África (Harare, 1997), a Conferência “Contra Todos os Obstáculos: Línguas e Literaturas Africanas no Século XXI” (Asmara, 2000) e a Declaração da Unesco “Educação em um Mundo Multilíngue” (2003). Porém, tais medidas acabam tendo como barreira a escassez de recursos.

Conclusão

Depois de descrever e analisar a situação linguística nos países do continente africano, percebemos primeiramente a importância e a necessidade de políticas linguísticas para o desenvolvimento social, sobretudo na educação. No primeiro momento pós-independência políticas exoglóssicas mostraram-se mais atrativas principalmente para a construção de uma identidade nacional a espelho do território colonial europeu e para a manutenção das elites ex-coloniais no poder. Contudo, tais políticas não se mostram ideais para o aumento da instrução da população que se viu dividida em dois universos: o das línguas locais, do cotidiano, da língua materna, e o das grandes cidades, do mundo globalizado e da língua europeia internacional.

Contudo, após a globalização, como vimos o modelo ideal seria a união desses dois mundos primeiramente com o ensino da língua local e depois o da língua global. A pesquisa mostrou também que a “ideologia do déficit linguístico”, de que as línguas africanas seriam primitivas, tradicionais e subdesenvolvidas, não apresenta qualquer fundamento. Afinal, é completamente possível qualquer língua através da planificação linguística, de elaboração de escrita, gramática e novos léxicos, assumir qualquer função e descrever o mundo globalizado de hoje, como todas as suas tecnologias e avanços científicos, como fizeram a Tanzânia como o suaíle, a Indonésia, com o indonésio e a Turquia com o turco.

Finalmente abordamos a importância de considerar a participação da sociedade no planejamento e na aplicação de políticas linguísticas, pois o objetivo dessas políticas, que deve sempre estar voltado a melhoria das condições de vida e direito do cidadão, só será atingido com o apoio da população na lenta mudança dos costumes e na conscientização de seu papel como sujeito da história.

Num mundo globalizado de hoje, onde as distâncias diminuem, dezenas de línguas desaparecem³¹ e com elas uma visão cultural única e forma de ordenar o cosmos. Abiola Irele (Rodrigues, 2005, p. 165) nos ensina que “os africanos são ambivalentes em relação à Europa, sendo ao mesmo tempo ressentidos devido à alienação causada pelo colonialismo e incuravelmente contaminados pela modernidade europeia e pela cultura ocidental”.

Referências

ABDULAZIZ, Mohamed H., “*The history of language policy in Africa with reference to language choice in education*”. In: OUANE, Adama (coor.), *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003, pp. 103-112.

ADEGBIJA, Efurosibina, *Language attitudes in Sub-Saharan Africa*. Clevedon: LTD, 1994, p.101.

BAUMAN, Zygmunt, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BHABHA, Homi K., *Narrando a nação*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

CALVET, Louis-Jean, *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

DIOP, Mouhammet, *África pede internet como foco social e não apenas comercial*. Periódico Convergência Digital, notícia de 14/11/2007 Disponível em <www.convergenciadigital.com.br>. Acesso em 16 abr. 2009.

ETHNOLOGUE, *Languages of the world*. Disponível em <<http://www.ethnologue.com>>

Acesso em 20 mar. 2009.

KÜPER, Wolfgang, “*The necessity of introducing mother tongues in education systems of developing countries*”. In: OUANE, Adama (coor.), *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003, pp. 89-102.

MARIANI, Bethania, “*Língua portuguesa, políticas de línguas e formação de Estados nacionais: notas sobre lusofonia*”. In: PONTES, Geraldo & ALMEIDA,

³¹ Segundo a Unesco, metade das mais de seis mil línguas existentes hoje, são faladas por menos de dez mil pessoas e correm o risco de extinção, nas próximas décadas. Fonte: The Unesco courier, April, 2000.

Claudia (coords.), *Relações literárias internacionais: lusofonia e francofonia*. Rio de Janeiro: Eduff, de letras, 2007, pp. 234-253.

_____, “*Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües*”. In: *Gragoatá*, no. 24, 2008, pp. 71-88.

OUANE, Adama (org.). , *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003.

RENAN, Ernest, *O que é uma nação?* Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RODRIGUES, Ângela Lamas, “*Dominação e Resistência na África: A Questão linguística*”. In: *Gragoatá*, no. 19, 2005, pp. 161-176.

SOUZA, Álvaro José, *Geografia linguística: dominação e liberdade*. São Paulo: Contexto, 2001.

WRIGHT, John W. (edit.), *The New York Times Almanac 2009*. New York: Penguin Reference, 2008.